

Cooperação internacional, desenvolvimento e ciência na periferia

Maria Conceição da Costa*¹

Resumo

O objeto deste *paper* é discutir a literatura existente sobre cooperação e investimento em ciência à luz de diferentes ações de algumas agências de fomento e cooperação internacionais. Os eixos de análises privilegiados para o entendimento dessas diferenças (porque as agências passaram de um “modelo” de doação paternalista e filantrópico para outro considerado mais “democrático”) foram as noções de filantropia, a noção de desenvolvimento e a questão do investimento em pesquisa científica e tecnológica. Discute-se aqui a emergência de um estilo de ação mais voltado para a doação em pesquisa científica, mas que vê a ciência como uma construção social, isto é, realizada por diferentes atores – universidades, organizações não-governamentais, grupos participativos locais – e voltada para o desenvolvimento local em detrimento de uma concepção estritamente linear da inovação, centrada apenas em universidades e institutos de pesquisa e portadora de um tipo de desenvolvimento mimético, centralizado e pouco voltado às realidades locais.

Palavras-chave: Cooperação científica e tecnológica; Fundação Rockefeller, *International Development Research Centre*.

International cooperation, development and science in periphery

Abstract

This article discusses the literature on financial support to research granted by international development agencies. It is done by comparing the logic, practice and policies guiding the action of a number of international cooperation agencies. The core of the analysis is the idea that differences in the “modalities” of support, between agencies, can be credited to differences in each agency’s particular concept and vision of philanthropy, development and scientific research. Moreover, such concepts and vision are not static, but evolved historically, and consequently changed, within each agency. The focus of the discussion is the emergence of a new vision of science as a social construction, where knowledge is believed to be a result of negotiation among various stakeholders – universities, non-governmental organizations, grassroots organizations, government. This new vision guides actions considerably different from those adopted by agencies that embrace a linear conception of innovation, and thus choose to support the development and research capacity building in universities and research institutes, merely reproducing patterns of knowledge production that were successful in the advanced countries.

Keywords: Scientific and technological cooperation; Rockefeller Foundation, *International Development Research Centre*.

Introdução

A preocupação dos países avançados em colaborar com os países do terceiro mundo para que atinjam desenvolvimento científico e econômico-social é antiga, e faz parte do discurso político de um número considerável de nações. Nesta linha de avaliação, a partir da década de 50 do século XX, vários países criaram suas agências de cooperação para o desenvolvimento: IDRC canadense, as americanas Fundação Ford e Fundação Rockefeller, Cytel espanhola, Sarec sueca, IRD (ex-Orstom) e Cirad francesas, ODA inglesa, entre outras. A ação destas agências, se muitas vezes interventora e centralizadora, na medida em que se tornou matéria de crítica veio a ser repensada de tal maneira que todas elas começaram, há alguns anos, a mudar sua maneira de trabalhar, de analisar propostas, de envolver os pesquisadores e

técnicos dos países receptores. As razões para esta mudança obviamente não advêm apenas das críticas, mas do fato de a divisão de trabalho e de poder no mundo também ter mudado. Novas questões passaram a estar na agenda das agências financiadoras, como, por exemplo, abordagens que privilegiam a questão de gênero, o impacto da reestruturação produtiva nas economias dependentes, a questão do meio ambiente e recursos naturais (biodiversidade); enfim, o impacto de uma abordagem “antiga” com uma nova roupagem, ou seja, globalização, entre outros temas que foram surgindo e sendo incorporados.

Além disso, como resultado de cooperações entre países desenvolvidos verifica-se um certo consenso na literatura de que a cooperação em bases institucionais – e não necessariamente uma ação de filantropia científica como se deu no começo do século XX até meados da década de 60 – tem mudado nas últimas três décadas na

* Endereço para correspondência:

E-mail: dacosta@ige.unicamp.br

direção de melhorias e inovações científicas e tecnológicas. Este “novo” tipo de colaboração tem sido estendido aos países menos desenvolvidos, envolvendo, muitas vezes, outras instituições como as ONGs.

As agências internacionais: a cooperação e o desenvolvimento científico e tecnológico

Uma grande parte da literatura recente, especializada em entender o papel das agências de fomento internacionais, tem datado esta ação a partir das décadas de 40 e 50 do século XX.² Entretanto, esta periodização tem deixado de lado a idéia de cooperação *lato sensu*, o que implica entender cooperação apenas como uma atividade que tornou-se evidente somente no período pós-2ª Guerra Mundial. Do meu ponto de vista, assim como para outros pesquisadores,³ esta ação toma corpo com a presença de investigadores e/ou missões estrangeiras em países do Terceiro Mundo no final do século XIX. A definição, como se vê, pode ser bastante complexa e de difícil periodização, especialmente se considerarmos que as missões estrangeiras, doravante denominadas cooperações, teriam também um papel interventor e estruturante no campo científico e educacional de Estados-Nações emergentes.⁴ Além disso, poderíamos dizer que a emergência de missões estrangeiras, pesquisadores e conseqüente financiamento externo é parte de um processo mais amplo de construção social da ciência da periferia (Vessuri, 1982).

As razões políticas que nortearam a criação destas agências são bem conhecidas, mas ainda são incipientes os estudos⁵ sobre a ação das mesmas nos países onde atuam. Todas elas tinham estilos de intervenção do tipo “paternalistas”, isto é, as decisões eram tomadas sobretudo pelas agências doadoras, em grande medida.⁶ Essas agências têm sido denominadas filantrópicas (ou paternalistas), podendo ser formalmente definidas como instituições não-governamentais, organizações sem fins lucrativos e que têm seus próprios fundos, gerenciadas por seus diretores e que estabelecem uma relação de ajuda social, educacional, caridosa, religiosa ou outras atividades que tenham como objetivo o bem-estar social (Arnove, 1982).

Este estilo filantrópico, presente até a década de oitenta, equivaleria a uma concepção linear de ciência, levando à inovação (investimento em formação, aperfeiçoamento no exterior, investimento em programas de pós-graduação, etc.).

Em distintos campos científicos, o papel das agências filantrópicas foi decisivo e marcante. A criação de alguns campos, como, por exemplo, a sociologia e a medicina nos Estados Unidos, não teria sido possível sem a intervenção da Fundação Rockefeller.

Ainda segundo pesquisas mais recentes as

cooperações norte-sul têm em suas agendas a idéia de desenvolvimento da ciência em geral, muito mais do que um desenvolvimento orientado em pesquisa ou em capacitação de pesquisadores.

Estas considerações nos levam a apontar a cooperação internacional como a disposição de instituições internacionais que adotam um determinado tipo de ação de fomento e/ou financiamento a atividades científicas. Desta forma, fomento seria uma ação continuada de apoio, incentivo, e estímulo a uma dada atividade, e que quase sempre inclui financiamento.⁷ Além disso, entendemos cooperação internacional como parte do processo de construção social da ciência na periferia, já que os mecanismos de intervenção e construção da ciência – entendida como atividade social – estão localizados nos países industrialmente mais avançados.

Para além das definições preliminares sobre cooperação internacional, essas colaborações, muitas vezes, supõem a redução da assimetria entre os países industrialmente avançados (do norte) e os em desenvolvimento (sul), no que se refere à capacidade de geração e produção de conhecimento científico. Dado que só é possível que um país em desenvolvimento aumente sua participação no conhecimento científico global a partir de um montante maior de investimento, o papel dessas agências financiadoras seria o de suprir essa lacuna, ou melhor, diminuir a assimetria anteriormente mencionada.

Além disso,

a capacitação requer investimentos volumosos que permitam a formação, consolidação e manutenção de um aparato institucional e de uma comunidade de investigação que, ao mesmo tempo em que acompanha o desenvolvimento científico internacional, é fortemente vinculada às demandas e necessidades locais. A construção de uma capacidade de investigação dirigida para o desenvolvimento local é certamente um projeto de longo prazo. E, quanto maior este prazo, com menos recursos financeiros e humanos qualificados pode contar um país. (Velho, 2000)

Um dos mecanismos que podem encurtar o prazo entre pesquisa e financiamento é a cooperação internacional. Isto porque a cooperação permite a transferência de recursos materiais e humanos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Este mecanismo é muito importante para a instalação de um setor científico em países menos desenvolvidos.

Podemos considerar que há vários tipos de cooperação internacional, e entre eles, privilegiaremos aqueles que têm incorporado processos de geração de conhecimento – como, por exemplo, a *Rockefeller Foundation*, co-responsável pela criação do Instituto de Higiene e pela Faculdade de Medicina da Universidade de São

Paulo – e que se dão nas mais diferentes áreas em formas das mais distintas (cooperação em redes, cooperação valendo-se de blocos regionais, etc.).⁸

Além disso, podemos identificar um outro movimento das agências financiadoras internacionais, que vem incentivando a cooperação entre os países de uma determinada região, ou determinado bloco de países. Conforme aponta Velho (1997),

*o objetivo dos programas de cooperação tecnológica é principalmente o desenvolvimento conjunto das economias envolvidas na cooperação, com benefícios equitativamente distribuídos entre as nações cooperantes. Interesses políticos e econômicos comuns motivam fundamentalmente a aglutinação de países em blocos, na tentativa de superar deficiências individuais que tornariam impraticável sua sobrevivência na competição pelo desenvolvimento e autonomia tecnológica.*⁹ (Velho, 1997)

Podemos dizer, portanto, que a cooperação tecnológica tem se pautado por estilos de ação diferenciados conforme seus interesses e a correlação de forças internas nos países onde atuam. É desta forma que hoje se evidencia um estilo de ação mais voltado para o incentivo de blocos regionais, para programas de desenvolvimento sustentável e para programas de ação mais diretos como, por exemplo, incentivo a programas liderados por comunidades locais e implementação de programas de políticas públicas, entre outros.

No bojo desse movimento, algumas agências que tradicionalmente eram conhecidas por seu papel filantrópico e/ou claramente intervencionista passaram a ter um papel, em tese, menos intervencionista e mais participativo, investindo em C&T enquanto uma ferramenta de ajuda aos países menos avançados industrialmente ou em desenvolvimento. Ainda nesta linha de mudança de enfoque, podemos afirmar que houve a substituição do termo “desenvolvimento”, entendido como um conjunto de intervenções visando à transformação econômico-social, pelo termo “modernização”, desta feita implicando um sofisticado emaranhado de idéias e de mecanismos sociais capazes de lidar com as complexidades da vida moderna.

Considero, portanto, importante entender por que a agenda das agências foi mudando ao longo do tempo. Segundo Hochman,

Mancur Olson (1965), chama a atenção para o fato de que, em sociedades cada vez mais complexas, as organizações voluntárias vão se tornando instáveis devido não só às dificuldades de coordenação, mas também aos dilemas da ação coletiva – pela dificuldade de se controlarem os caronas (free riders) que se beneficiam desses arranjos (considerados bens públicos), sem contribuir para os

produzir ou os manter. O problema seria como constituir um bem coletivo e como distribuir os custos de sua produção quando, pela sua própria natureza, nenhum membro da coletividade pode ser excluído do seu consumo ou usufruto. (Hochman, 1998)

Nesse processo de rearranjo emergiriam duas soluções possíveis: a primeira seria a intervenção da autoridade pública, via aparelhos de Estado, e a segunda, a construção de uma consciência social, uma

consciência da interdependência, fundamental na formação de uma identidade coletiva e nacional, definida como a “consciência do crescimento intensivo e extensivo da interdependência, junto com a disposição de contribuir com os remédios para as adversidades e deficiências que afetam os outros. (Hochman, 1998)

Tudo indica que, entre as duas soluções, surgem interfaces: o Estado, com efeito, pode adotar modelos de consciência social preconizados na segunda solução.

Entretanto, ao mesmo tempo em que emergiriam novos rearranjos e barganhas entre financiadores e financiados, haveria um reconhecimento de que a capacidade de pesquisa é limitada; e que não há, muitas vezes, recursos humanos qualificados e tampouco estrutura para avaliar os resultados de pesquisa e menos ainda para implementar essas políticas.

Por outro lado, a crise econômica que assolou os países do sul afetou as condições de pesquisa. A estagnação econômica e decréscimo do PNB foram temáticas dominantes; problemas com dívida externa, entre outros, acabaram influenciando negativamente os recursos nacionais enquanto indutores do processo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, os recursos nacionais tiveram um corte significativo para atividades de pesquisa e desenvolvimento. Em segundo, as políticas de economia doméstica têm se revelado voláteis e escassas.

Finalmente, dado o crescimento da importância da cooperação internacional para o país, e dado que o mesmo tem sido cada vez mais procurado para parcerias internacionais, e que pode ter políticas e diretrizes de atuação, é necessário saber o que tem sido implementado e aquilo que não foi, e por que não o foi. Em resumo, entender as novas relações que se abrem entre as agências de cooperação internacional significa contribuir com resultados importantes para informar as políticas relativas ao tema.

Se, portanto, um número crescente de países em desenvolvimento tem se utilizado das agências de cooperação como solução para a falta de investimentos em ciência e tecnologia, seria preciso analisar de que agências estamos falando e quais as estratégias

praticadas por algumas delas. A maior parte dessas agências vem de uma tradição filantrópica ou interventora, ainda que muitas vezes esta intervenção seja na verdade uma negociação – como foi no Brasil, até certo ponto – e se materialize nas assim denominadas políticas de “desenvolvimento cultural”. Entenda-se por desenvolvimento cultural um termo vago o suficiente para acomodar uma variedade de aspirações e escolhas. Durante as décadas de 50 e 60 do século XX, esta idéia, ainda que vaga, pareceu suficiente, tanto para as agências quanto para os países receptores, já que divisões raciais, étnicas, religiosas, entre outras, poderiam caber nessa acomodação. Desta forma, a presença das agências internacionais possibilitaria às nações encontrarem ou aprofundarem suas imagens culturais, ou mesmo suas identidades culturais. Sobre isto, Cueto (2002) aponta que a intervenção dessas agências e a conformação das agendas nos países onde atuam acabaria por conformar uma imagem distorcida dos mesmos, isto é, a intervenção em muitas áreas acabaria por formar uma idéia ou aspiração a uma idéia de nação que não era de maneira alguma endógena. (A nosso ver, essa característica impositiva atuaria sobremaneira em países de tradição estatal frágil e cultura nacional segmentada, características que, de modo comparativo, afetam menos o Brasil e a Argentina do que outros países latino-americanos). Cueto, entretanto, chama a atenção para os problemas presentes na transferência de modelos acadêmicos e de conhecimento científico de uma cultura a outra. O estudo do intercâmbio e recepção da ciência através destas grandes agências culturais, como foram as fundações norte-americanas, ilustraria um problema-chave que transcenderia a história da ciência como disciplina: o da identidade em meio a um processo de modernização.

A presença dessas agências e a idéia de desenvolvimento acabaram por moldar muitas áreas do conhecimento. Sobre isto, Marinho (1993) aponta o papel conservador que poderosas corporações filantrópicas podem assumir em setores vitais das sociedades contemporâneas, especialmente em relação ao ensino superior. No Brasil, justamente em razão dos elementos apontados acima – tradição estatal significativa e desenvolvimento do ensino superior anterior à chegada das corporações filantrópicas ao país – o elemento conservador não raro dependia menos da intervenção externa, e mais do próprio modelo autocrático adotado pelas elites nacionais.

Considerando-se cooperação internacional como parte de um processo de construção social da ciência na periferia, podemos dividir esta construção nos países do sul em dois momentos distintos:

1. da colônia até 1950 (de modo esquemático): expedições, museus, criação de faculdades e universidades, laboratórios, centros de investigação, promoção de

- ciência básica e aplicada em áreas selecionadas;
2. pós-1950: a partir do final da Segunda Guerra, há um notável crescimento de intervenções e ajuda externas colado a um movimento de reconstrução dos países europeus, e em certa medida das ex-colônias.¹⁰ Em 1960 a ONU realizou uma reunião enfatizando a necessidade de investimento em C&T nos países periféricos, inaugurando a “era do desenvolvimento”. Naquele período, vários países criaram suas agências de cooperação para o desenvolvimento: IDRC canadense, Sarec sueca, a americana Fundação Ford,¹¹ Cyted espanhola, IRD (ex-Orstom) e Cirad francesas, ODA inglesa, entre outras.¹²

A idéia de desenvolvimento, disseminada nas últimas três décadas, conseguiu se manter, embora amparada num emaranhado de conceitos difusos. Além disso, ainda que voltadas para a diminuição da assimetria entre os diferentes blocos de países, está presente a noção de que as agências são responsáveis pela disseminação do “desenvolvimento”, embora esse termo condense distintas ações. Ainda,

a bibliografia sugere que vários conceitos de desenvolvimento foram sendo elaborados ao longo das décadas de 60, 70 e 80. Deste modo, se até os anos 60 o termo significava apenas crescimento econômico, nos anos 70 (sob a influência dos estudos da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, da ONU) tende a designar uma distribuição mais igualitária da riqueza. Ao longo dos anos 80 passa a significar o ajuste estrutural da política econômica aos modelos do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. (Simião, 1999)

Desta forma, a noção de desenvolvimento vem sendo mantida na agenda política das agências internacionais desde o pós-guerra: num primeiro momento atrelada à reconstrução dos países atingidos pela guerra. Num segundo momento, este termo veio carregado de idéias e ações intervencionistas, resultado de movimentos emancipatórios das ex-colônias e também da Guerra Fria, especialmente nos Estados Unidos. E finalmente, numa perspectiva mais recente, o termo desenvolvimento vem sendo entendido simplesmente como um processo que envolveria diferentes atores sociais na busca de emancipação de suas situações marginais.

Pouco a pouco este suposto consenso começou a erodir-se em virtude da existência de alguns fatores sociais (o crescimento da inabilidade do “desenvolvimento” e em cumprir suas promessas, o aumento dos movimentos que começaram a questionar sua suposta racionalidade) e intelectual (a avaliação de novos instrumentos de análise, notadamente pós-estruturalistas). Assim, na década de 90, as críticas pós-estruturalistas

foram bem sucedidas em colocar sérias dúvidas não apenas sobre a viabilidade, mas também no desejo da disseminação do desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento passou a ser visto como um discurso cultural invasivo com profundas conseqüências, especialmente para a realidade social do assim chamado Terceiro Mundo.

Mudanças nos acordos de cooperação: novos modelos?

Uma hipótese inicial provável era que as abordagens destas agências se readequaram às mudanças na ordem mundial, sem, entretanto, mudar a maneira como já vinham interferindo e influenciando as pesquisas em países como o Brasil. Isto é, mudaram os procedimentos, alguns instrumentos metodológicos, mas as motivações políticas e a lógica da cooperação continuam voltadas, em grande medida, ao norte indicado pelos países metropolitanos. Esta afirmação não supõe ou faz referência diretamente a uma crítica sobre a adoção de padrões, mas sim à adaptação ou – como muitos autores têm definido – uma *tropicalização* dos referentes científicos centrais que têm terminado por se converter numa carga difícil de aliviar e superar para os cientistas latino-americanos. Isto é, ao introjetar (tropicalizar) a ciência e/ou tecnologia dos países mais avançados, os países em desenvolvimento nem sempre conseguem trabalhar com a disparidade entre os padrões científicos externos e pensar a realidade local.

Ou seja, a antiga postura intervencionista, de patronagem e, muitas vezes, política, deu lugar a um padrão de intervenção mais “democrático” – descentralização dos investimentos, acordos com organizações não-governamentais (ONGs) locais e internacionais,¹³ por exemplo – mas que mantém as decisões centralizadas nas agências. Isto poderia se referir a duas questões importantes no campo da cooperação, manifestas ao longo da sua trajetória em países como o Brasil. A primeira está relacionada com as tensões que produzem o compromisso de transformações da sociedade e a busca de uma identidade latino-americana, e a segunda relacionada ao compromisso com a universalidade e incerteza da ciência, na busca de uma identidade e lugar na ciência “ocidental”.

As implicações éticas são, por um lado, claras: ética (ou a falta de) da dominação dos mais fortes sobre os mais fracos, mas que, entretanto, vem mudando a partir de políticas descentralizadoras e da prática recente de trabalhar com grupos locais. Isto pode tanto gerar autonomia local quanto vir a obscurecer o padrão de dominação que se manteria imutável.

Além disso, a entrada de novos atores como as ONGs e outros atores setoriais – governamentais ou não –

tem redirecionado as agendas das cooperações internacionais. Neste sentido, uma *hipótese secundária* teria a ver com a capacidade dessas cooperações se configurarem em outros tipos de parcerias que não mais as tradicionais, puramente intervencionistas, mas passando a operacionalizar mediante a constituição de redes de pesquisas.¹⁴

Por outro lado, é importante reconhecer a diversidade de novos atores neste processo, que até a década de 70 do século XX era reconhecidamente bilateral, isto é, entre agências privadas internacionais e os governos locais. Outras agências têm sido criadas nas últimas duas décadas, resultantes de acordos entre países, como por exemplo, a Comunidade Européia, o Mercosul, além da criação de consórcios e de uma relação mais estreita com outras instituições locais. Ademais, muitas dessas agências acabam redesenhando as pesquisas locais, interferindo de tal forma que acabam se formando outras redes e outras instituições.

Ainda que possamos nos referir a um novo modelo de intervenção de agências e ou investigadores estrangeiros, é importante ressaltar que em inúmeros casos a atuação das mesmas é uma relação negociada entre os dois atores – os externos e os internos –, o que denominaríamos uma ação negociada. As razões desse pacto são inúmeras, mas poderiam ser reduzidas, se assim o quiséssemos, a uma visão interna nacionalista de que o desenvolvimento só seria possível com financiamento externo. O conjunto de regras e métodos que acompanharam estes acordos foram negociados *pari passu*, algumas vezes a favor dos atores internos, outras vezes vistos como uma imposição, uma relação neocolonialista.

Para além de uma suposta postura nacionalista, presente em determinados períodos da formação dos estados nacionais dos países em desenvolvimento – anos 20, 30 e década de 60 – a negociação de acordos de cooperação também conta com uma aceitação quase tácita dos atores internos, ao que alguns autores chamariam de uma situação de aprofundamento da dependência. Isto é, à antiga relação de dependência colonial caberia uma nova, denominada neocolonial, que se caracterizaria pela mudança da dependência formal para a informal e por uma mudança na ênfase, das formas legal e institucional de dependência para formas econômicas e tecnológicas.

Ainda que possamos perceber uma mudança de direção e conteúdo nas relações e nos discursos entre o norte e o sul nos últimos 40 anos, a capacidade de doação ao sul mudou significativamente, passando de bolsas de estudos e extensão de assistência técnica no período entre 1950 e 1970 para grandes projetos de investigação, onde tanto norte quanto sul têm participado em termos iguais nas décadas de 80 e 90 do século XX. Entretanto, tanto a formulação quanto a

implementação das políticas continuam problemáticas, tendendo a reproduzir posições desiguais dos parceiros na ordem econômica e política mundial.

Além disso, a ação destas agências, se muitas vezes interventora e centralizadora, tornou-se, nas últimas três décadas, objeto de crítica e começou a ser repensada, de tal maneira que isto refletiu, na última década, nas maneiras de trabalhar, de analisar propostas, de envolver os pesquisadores e técnicos dos países receptores. As razões para esta mudança obviamente não advêm apenas das críticas, mas também de a divisão de trabalho e a nova ordem internacional mundial como, por exemplo, fim da Guerra Fria, terem afetado essas relações. Novas questões passaram a estar na agenda das agências financiadoras como, por exemplo, abordagens que privilegiam a questão de gênero, o impacto da reestruturação produtiva nas economias dependentes, a questão do meio ambiente e recursos naturais (biodiversidade), enfim, o impacto de uma abordagem “antiga” com uma nova roupagem, ou seja, globalização, entre outros temas que foram surgindo e sendo incorporados.¹⁵

Podemos notar esforços modestos entre algumas agências de cooperação, especialmente as filantrópicas, com o objetivo de reverter a assimetria entre as modalidades de instituições que suportam e constroem a capacidade de pesquisa, o que tem significado um grau maior de autonomia para os parceiros do sul. Esta autonomia se configura na formulação de agendas de pesquisa, no gerenciamento dos recursos e no controle sobre seus próprios fundos. Conforme aponta Velho (2001), os parceiros do sul têm definido as suas agendas de pesquisa, gerenciado os recursos e controlado os fundos de pesquisa. Entre esses programas, segundo Velho, estão os Programas de Pesquisa Multianuais e Multidisciplinários (MMRPS, em inglês), sob a coordenação da Diretoria-Geral de Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Baixos. Esta cooperação tem se estabelecido a partir de 1995 em sete países: Bolívia, Nicarágua, Uganda, Tanzânia, Índia e Bangladesh. O objetivo do projeto é analisar comparativamente as características, os modos de implementação e os impactos na capacitação de desenhar pesquisas e projetos com base nessas novas práticas descentralizadoras.

A suposta “modernização” das agências pós-anos 90, cuja tônica seria uma certa preferência por colaborações menos assimétricas, como incentivo a programas locais, estaria relacionada com a predominância de ONGs locais e/ou uma tradição de mobilização local (grupos de esquerda, grupos mais atuantes e com propostas de desenvolvimento endógeno), movimentos estes resultantes da cultura sociopolítica de cada país.

Bezanson e Oldham (2000) afirmam que a cooperação internacional aumentou significativamente e tende a ampliar-se. Somente a Europa, através da

Comunidade Européia, tornou-se um importante parceiro entre as décadas de 80 e 90 do século XX. O objetivo principal desse interesse era aumentar e construir parcerias entre instituições de países em desenvolvimento e instituições européias. Assim, tem sido freqüente a oferta de programas estruturados em torno de parcerias enfocando novos setores como, por exemplo, agricultura, saúde e meio ambiente, os quais têm sido considerados como de importância vital para os países em desenvolvimento. Desta forma, nos mais recentes programas da Comunidade Européia, 256 milhões de ECUs foram alocados em parcerias com países em desenvolvimento e países da região do Mediterrâneo. Ainda, quarenta e dois por cento destas alocações foram para regiões em desenvolvimento e o restante para instituições européias.

Este novo modelo de doação em expansão, conforme apontado anteriormente, equivaleria a uma concepção de que o conhecimento é socialmente construído, localizado, contando com uma multiplicidade de atores além da comunidade científica, como por exemplo, organizações não-governamentais¹⁶ e comunidades locais.

Na base dessa idéia, qual seja, de agências mais tradicionais e de agências mais “democráticas”, afirma-se que as agências que trabalham de maneira mais tradicional, como por exemplo, a Fundação Rockefeller, adotam a visão de que o conhecimento científico se faz a partir de uma cadeia linear (pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento) e, além disso, tinham como referencial a noção de “desenvolvimento” gerada no pós-2ª Guerra Mundial até meados da década de oitenta. As agências mais “modernas” e ou “democráticas” trabalhavam com a concepção construtivista da ciência e, portanto, têm adotado práticas que incorporam novos atores, aceitando a idéia que os países do norte têm muito a aprender com os países do sul (Velho, 2001). Até certo ponto, fundações mais tradicionais, como a Ford e a Rockefeller, na verdade têm deixado de lado – se de fato algum dia acreditaram totalmente na cadeia linear – relações simplistas entre pesquisa básica, aplicada e desenvolvimento. Ao incorporarem a participação de novos atores na ponta do desenvolvimento – pois adotam fortemente estratégias de inclusão social já há algumas décadas – e ao aceitarem lideranças institucionais (diretorias) recrutadas nos próprios países donatários, não estariam essas agências consideradas tradicionais tornando a distinção entre “tradicionais” e “democráticas” menos relevante, do ponto de vista analítico?

Sem dúvida, é importante compreender, conforme aponta Marinho ao se referir à Rockefeller, que existem

agências privadas – ou seja, organismos socialmente constituídos, financiados por vultuosos recursos oriundos de grandes corporações econômico-financeiras – que

promovem e viabilizam institucionalmente a adesão a valores e causas conservadoras que vão sendo reproduzidos também institucionalmente. Ou seja, trata-se da compreensão de que idéias e valores não são adquiridos ao acaso, através de mecanismos do livre-arbítrio, mas que existem instituições poderosas encarregadas de fazer prevalecer um certo conjunto de práticas e idéias. E a ciência, enquanto uma atividade social de prestígio e visibilidade, constitui-se em um espaço – quase uma arena – privilegiada para esse embate, razão pela qual a F. R. decidiu carrear-lhe recursos expressivos, que foram empregados dentro e fora dos Estados Unidos. (Marinho, 1999)

Cabem aqui algumas observações. A adesão a valores ou causas conservadoras pode provir – em alguns casos, na América Latina certamente provém – do próprio Estado e de suas políticas públicas (ou falta delas). As políticas de ação afirmativas, adotadas hoje fora dos Estados Unidos e Canadá por iniciativa de agências não-governamentais como a Fundação Ford, representam esforços de conquistas ou de ampliação de valores democráticos e por vezes são reproduzidas institucionalmente pela instância do poder estatal. Por outro lado, a compreensão de que idéias e valores podem prevalecer por força da ação de instituições poderosas é crucial, mas, conquanto acenem com a bandeira da modernização “pelo alto”, podem por vezes caminhar ao encontro de concepções e ações democráticas, como ocorreu no Brasil com as campanhas pela reforma sanitária, que tiveram origem em movimentos de elite, com o apoio da própria Fundação Rockefeller, na década de 1920,¹⁷ mas permitiram avanços significativos no campo da saúde coletiva.

Mas não resta dúvida de que o investimento em ciência (e tecnologia) conformou sempre uma arena de poder – arena transepistêmica – onde os diferentes atores partícipes barganham e se relacionam em prol da construção de campos científicos.

Este novo tipo de concepção, especialmente no que se refere à construção de campos científicos e/ou ao financiamento de atividades científicas, pode ser entendida como representações sociais. Karin Knorr-Cetina ao analisar trabalhos em laboratório em biologia, aponta, por exemplo, que o produto final de um experimento é uma recontextualização das conseqüências e das fusões temporárias de interesses. Assim, a intervenção e o papel de agências internacionais extrapaíses do sul, na produção de conhecimento, têm como produto final o trabalho científico, resultado de uma determinada organização que leva em conta as conseqüências de interesses distintos no âmbito da comunidade científica, ou seja, de representações sociais (Mattos, 2000). Em resumo, o trabalho de científico e de construção de campos científicos, é um exercício de representações socialmente construídas.

Considerando-se a atuação dessas agências, enquanto construtoras de novos campos científicos e o papel das mesmas nos países em desenvolvimento, realizou-se um estudo comparativo entre duas agências: a Fundação Rockefeller (EUA)¹⁸ e o *International Development Research Council* (IDRC, Canadá).¹⁹ O estudo nos mostrou que estas duas agências têm estilos de ação distintos, conquanto as distinções tenham se tornado menos agudas em tempos recentes: no primeiro exemplo, adota-se um estilo de ação mais filantrópico, de caráter quase vertical “doador/recipiente”; no segundo, há um estilo de investimentos em programas de ação de tipo horizontal, tentando incentivar o desenvolvimento de pequenas comunidades locais, entre outros programas.

A Fundação Rockefeller

Vários estudos sobre cooperação internacional têm apontado as fundações filantrópicas internacionais como instituições valiosas pelo papel que desempenharam na pesquisa para o desenvolvimento e no suporte da ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento. A Fundação Rockefeller (FR) é uma das pioneiras nesse processo de contribuição ao conhecimento científico fora do seu país de origem, Estados Unidos. Foi criada em 1913, visando à organização do conhecimento científico, à reforma do ensino médico e à execução de campanhas de saúde internacionais. Teve um papel fundamental na formação e na construção de campos científicos desde o começo do século, estendendo sua liderança exercida na “revolução verde” na década dos sessenta. Este trabalho pioneiro foi responsável pela aplicação de ciência e tecnologia na produção de arroz e milho, e lançou as bases para o estabelecimento do CGIAR – *Consultive Group for International Agricultural Research*, avaliado como um dos esforços mais significativos no desenvolvimento internacional (Bezanson; Oldham, 2001). Da mesma forma, o Consórcio africano – *African Economics Research Consortium*, AERC – tem sido apontado como um dos mais recentes exemplos da assistência na capacitação regional (da África). Inicialmente lançado pelo IDRC, o AERC não teria tido o sucesso que teve se não tivesse contado com o primordial e presente suporte dado pela FR (Bezanson; Oldham, 2001).

No Brasil, a presença da FR data do começo do século XX e confunde-se com o movimento pela reforma da saúde pública nas duas últimas décadas da Primeira República, visto por Castro Santos “como um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade, com impactos relevantes na formação do Estado brasileiro” (1998). Esta interpretação, tem o mérito de abordar as questões de saúde pública, apontando para uma dinâmica na qual diversos e complexos condicionantes das políticas podem

ser tratados em tempos e espaços diferentes, rejeitando determinismos e explicações monocausais, muitas vezes presentes nos trabalhos sobre o tema.

O movimento sanitário, segundo aponta uma parte da literatura, se desenrola em dois períodos fundamentais. O primeiro período corresponde à primeira década deste século, marcado pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903-1909 basicamente restritos ao Distrito Federal e aos portos. A principal característica dessa fase seria a ênfase no saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro no combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola. Para Castro Santos, assim como para a maioria dos autores, o fator determinante das políticas públicas na área de saúde, nesse primeiro período, seria a necessidade de resolução dos prejuízos causados ao comércio exterior pelas péssimas condições sanitárias da capital federal e de seu porto. Cabe adiantar que o governo do estado de São Paulo havia implementado ações de saneamento na cidade portuária de Santos e na capital estadual que, dentro da mesma lógica econômica, acrescida da ênfase na política de imigração da cafeicultura paulista, procederam os esforços de saneamento do Distrito Federal (Hochman, 1998).

Assim, desde a década de 20 do século XX a Fundação Rockefeller vem atuando no Brasil, com investimentos e colaboração na área de saúde e controle de endemias, a fundação de escolas de Saúde Pública e de Enfermagem, e da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

De acordo com Marinho,

pautava-se, em todo o mundo pela identificação e apoio a membros da elite científica local que, ao longo de sua trajetória profissional e imbuídos do ideário da Fundação, passavam a atuar como parceiros e aliados daquela instituição. Funcionavam, desse modo, como propagadores de uma ideologia e uma visão de mundo conservadoras, centradas na idéia da pesquisa de excelência como atividade de elite, assentada nos talentos individuais e representativa de um ideal de racionalidade a ser perseguido. Ao identificar e apoiar seus parceiros, a Fundação Rockefeller promovia uma sutil adesão a seus ideais filantrópicos pragmáticos e conservadores, o que resultava numa visão de mundo plasmada por aquele ideário e que passava a ser reproduzida, em nome da ciência e do bem da humanidade, por figuras públicas bem posicionadas nas estruturas acadêmicas e administrativas em seus países de origem. (Marinho, 2002)

A idéia de pesquisa de excelência como atividade de elite, deve-se dizer, não tem caráter necessariamente conservador. Mesmo países centrais, como a França e a Alemanha, adotam até os dias de hoje políticas de

desenvolvimento científico que não são “para todos”, mas para um pequeno número de homens e mulheres que, *por critérios claramente meritocráticos*, formaram e formam uma elite científica. Por outro lado, o caráter universalista da ciência e de sua aplicação também foge, por assim dizer, do critério de classificação conservador/progressista. Estas considerações cabem para uma reflexão mais detida sobre a importância dos resultados da pesquisa de excelência, que, estes sim, não podem ser meritocráticos, mas devem ter, forçosamente, um caráter democrático.

O estilo científico-racional da FR perdurou no Brasil até meados da década de setenta, quando a FR deixou o país e passou a financiar poucos projetos. A partir da década de 50 e até a redução de suas atividades, a FR pautou-se pelo estilo acima descrito, isto é, pela identificação das lideranças da comunidade científica local e pelo intenso relacionamento com suas agências representativas e de fomento (Capes e CNPq, especialmente).

Na década de 50, o mosquito da febre amarela foi erradicado em 13 países da América Latina como resultado de métodos desenvolvidos no Brasil na década de 30 e que resultaram de pesquisas financiadas pela FR.²⁰

Entre as décadas de quarenta e de setenta, período privilegiado em minha análise, a FR teve um papel importante na construção do modelo brasileiro de educação e ciência. A partir, portanto, da década de quarenta e estabilizadas as relações entre a FR e o Brasil, pós-2ª Guerra Mundial,^b esta intensifica sua presença no país colaborando com as agências de fomento locais, especialmente CNPq e CAPES, com universidades, institutos de pesquisa, diretamente com políticos e governos estaduais locais.

Esta colaboração pode ser entendida como resultado de uma política de aproximação entre os Estados Unidos e a América Latina, implementada, e realimentada em diferentes períodos – década de quarenta, década de sessenta com Kennedy e década de oitenta. No período 1942-1945, estabeleceram-se políticas e configuraram-se agendas de políticas sobre o que se convencionou chamar “Desenvolvimento da América Latina”. A idéia de desenvolvimento pode ser entendida como uma estratégia de explorar mercados ainda não esgotados, de disseminar o modelo ocidental de ciência, ou melhor, de geração de conhecimento e educação. Se para a FR, em sua política com relação à China, tratou-se claramente de exportar o “modelo ocidental de ciência” (*in situ*), na América Latina cuidou-se de implantar o modelo norte-americano de educação (especialmente para a pós-graduação). Neste sentido, a FR nunca demonstrou interesse particular pela educação primária e secundária.

Ainda que os objetivos da FR estivessem estreitamente relacionados e direcionados para o “desenvolvimento da educação” (nome geral do programa até 1980,

especialmente durante as décadas de 60 e 80), alguns outros objetivos dessa política filantrópica podem ser levantados:

1. havia um desejo de colaboração mesclado com uma idéia de que a América Latina precisava ser ajudada;
2. os resultados da colaboração muitas vezes eram efetivamente de interesse científico norte-americano, como por exemplo as pesquisas realizadas desde o começo da atuação da FR no Brasil, como febre amarela, dengue, malária entre outras;
3. os interesses, que num primeiro momento eram estreitamente de caráter científico e cooperativo, passaram, com o decorrer do tempo, a ter um caráter filantrópico científico intervencionista (*The Rockefeller Archive Center*, 2002).

É importante assinalar que o período em questão (1940-1970) é politicamente delicado, isto é, compreende o período entreguerras, Guerra Fria e há a necessidade norte-americana de controle ideológico (durante a década de 60). Entretanto, a presença da FR no Brasil, enquanto um interlocutor importante na agenda educacional e científica, vai mudando com o decorrer do tempo.

Conforme observado nos arquivos da FR e nos arquivos pessoais de Nelson Rockefeller, o papel da FR passou por vários momentos, a saber:

1. décadas de 30 e 50: estreita colaboração (dando continuidade ao relacionamento anterior, desde meados da década de 1910);
2. décadas de 50 a 70: presença filantrópica nas áreas de educação superior e concentração do financiamento em bolsas de estudo ao exterior (*fellowships e scholarships*);
3. décadas de 70 e 80: a FR deixa de priorizar o Brasil em sua política de financiamento, apenas mantendo alguns projetos já em andamento, e deixa de ter uma presença física do local ao fechar o escritório no Rio de Janeiro.

Algumas respostas, ainda em caráter especulativo, podem ser colocadas a respeito da saída da FR do Brasil. Em primeiro lugar a FR passou por vários momentos de instabilidade financeira, perdendo seu poder de investimento, quase que pioneiro nos Estados Unidos e fora dele. A FR foi deixando de ser, além disso, um ator importante no cenário norte-americano, não apenas na economia mas também como um ator que deveria ser ouvido em questões político-econômico-culturais mais gerais.

Em segundo lugar, e quase como consequência dos problemas apresentados anteriormente, a FR passou por mudanças internas, como enxugamento de seus quadros e uma reorganização de seus interesses em áreas de pesquisa. Assim, no começo do século XX, o que era a divisão de saúde tornou-se a divisão de reprodução e finalmente de medicina, que na década de 60 funde-se

com a divisão de biologia, esta, por sua vez dividida entre humana e agrícola. Hoje, a divisão de biologia confunde-se com a divisão de agricultura, além de um pequeno interesse por questões sociais mais gerais e culturais.

E por último, a entrada de outras agências internacionais e locais, como por exemplo Unesco, Ford, Instituto Kellogg's, IDRC e CIDA canadenses, Sarec e agências nacionais, passa a configurar uma situação de barganha antes nunca experimentada pela FR, até a década de cinquenta, o que algumas vezes inviabiliza seus interesses mais imediatos.

Recentemente, a Rockefeller tem se especializado em investimentos na África, Índia, Ásia, mais do que na América do Sul. No Brasil, a Rockefeller ainda investe em programas de saúde, como, por exemplo, programas de prevenção contra a AIDS. Além desses programas, recentemente a FR financiou no Brasil escritórios para a capacitação de lideranças (trata-se de investimentos para ONGs e profissionais de aparelhos de Estado) que poderiam preservar o meio ambiente, promovendo um desenvolvimento sustentável e formando recursos humanos capazes de formular acordos internacionais para cumprir estes objetivos (*Leadership for Environment and Development*).

Internacional Development Research Center (IDRC)

Ainda que seja hoje um exemplo clássico de agência estatal, o IDRC apresentava, desde sua criação, um estilo de ação bastante semelhante ao da Fundação Rockefeller. Agência estatal canadense criada em 1970, tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento dos talentos dos cientistas naturais, dos cientistas sociais e dos tecnólogos do Canadá e de outros países” (IDRC, 1971). Ou seja, este é o perfil mais diversificado de atuação que fundações não-estatais como a Rockefeller passaram a adotar desde o segundo pós-guerra. Com efeito, a partir de diretrizes gerais, o IDRC estabeleceu quatro áreas de programa: agricultura e ciências da alimentação, ciências da informação, população²¹ e ciências das saúde, ciências sociais e recursos humanos. Durante as décadas de 70 e 80 do século XX, uma grande parte dos projetos financiados pelo IDRC na América Latina estavam relacionados à agricultura (como outrora fizera a Rockefeller, particularmente no México, com programas de apoio à chamada Revolução Verde), com raríssimas exceções como o Prospectiva Tecnológica para a América Latina, realizado pela Universidade Estadual de Campinas. É, portanto, no final da década de 80 que o IDRC começou a diversificar suas atividades e incorporar outros temas de pesquisa, fazendo uma mescla de orientações: incorporação de novas questões sociais a questões antigas, como, por exemplo, inovação tecnológica.

Talvez um traço mais distintivo em relação às agências filantrópicas tradicionais tenha sido a atuação do IDRC em programas de caráter participativo em países da América do Sul (Brasil, Chile), América Central (Nicarágua), África e Ásia. Nesse caso, são fundações não-estatais que seguiram sua liderança, adotando esquemas de apoio a projetos sociais, movimentos populares e a ações de “discriminação afirmativa” – é o caso da Rockefeller e da Fundação Ford, em décadas recentes.

Atualmente, a cooperação entre o governo do Canadá e o Brasil tem como objetivo, segundo o IDRC, contribuir para que o Brasil adquira equidade investindo no desenvolvimento social (saúde, educação e direitos humanos), em reforma do setor público e melhorando a gestão do meio ambiente. Segundo a mesma fonte, “experiências” têm demonstrado que pesquisadores e *policy-makers* brasileiros têm se interessado em entender como o Canadá propicia as bases para uma sociedade justa. Estes “princípios de justiça social” incluem divisão de poder e participação, transparência e “*accountability*”, distribuição igualitária de recursos, acesso igualitário, direitos civis e equidade de gênero.

O IDRC tem introduzido programas bilaterais de transferência de tecnologia²² com o Brasil, entendendo-se por tecnologia uma abordagem ou modelos que incorporem conhecimento, *know-how*, *expertise* ou experiência. Nesta ampla abordagem, projetos sobre políticas comunitárias ou voluntárias também estão incluídos.

Alguns projetos específicos têm sido desenvolvidos entre parceiros canadenses não-governamentais, associações, instituições educacionais, associações de negócios e todo tipo de agências governamentais. As organizações brasileiras são consideradas parceiras integrais e mais de 400 organizações têm se engajado nestes programas nos últimos cinco anos.

A expectativa do IDRC, ao assinar projetos bilaterais com o Brasil, é a de disseminar programas mais efetivos de direitos humanos e equidade social; ajudar o Brasil a implementar reformas no setor público; disseminar práticas sustentáveis e participatórias relativas ao meio ambiente e aumentar o diálogo entre instituições brasileiras e canadenses.

O IDRC tem financiado diversos projetos bilaterais com o Brasil, como por exemplo:

1. fundo de transferência tecnológica entre Canadá e Brasil;
2. treinamento em meio ambiente para a indústria brasileira;
3. reforma do setor público;
4. fundo de equidade em gênero;
5. fundo canadense para iniciativas locais.

Algumas conclusões

Conforme apontado na primeira parte deste *paper*, a cooperação internacional passou por distintas etapas desde o seu aparecimento. Cresceu enormemente a partir da Segunda Guerra Mundial, passou por mudanças de objetivos na década seguinte ocasionando, entre outros resultados, a criação de outras agências, no bojo do processo de desenvolvimentismo, como a Fundação Ford, entre outras. A história da Ford, por exemplo, se confunde com as histórias das agências filantrópicas internacionais que se institucionalizam dentro do modelo de desenvolvimento para os países do sul.²³

Entretanto, é importante recolocar que a cooperação internacional e o papel dos governos no apoio às atividades científicas e tecnológicas não são um fenômeno vazio e ausente de influência dos contextos socioculturais locais. A história dos países, relações econômicas, considerações geopolíticas, preocupações políticas e sobre direitos humanos, além da simples curiosidade intelectual dos cientistas, estão entre os numerosos fatores que têm influenciado os distintos governos a buscar e dar apoio à cooperação internacional. Estas escolhas afetam as escolhas individuais dos pesquisadores ao optarem por tópicos específicos e parceiros na pesquisa conjunta (Gaillard, 1994).

Recentemente, agências holandesas e suecas (Sarec), assim como a União Européia, têm direcionado seus financiamentos na criação de um novo modelo de relação norte e sul, isto é, priorizando ações comunitárias e o envolvimento de diferentes parceiros no desenvolvimento de projetos, sejam tecnológicos ou sociais (políticas públicas).

Embora possamos afirmar que as agências de cooperação internacional têm mudado seu estilo de atuação *vis-à-vis* suas relações com os países do sul, ainda restam dúvidas sobre uma possível “democratização” das regras e contratos que envolvem as relações de cooperação entre países industrialmente avançados e em desenvolvimento ou menos desenvolvidos. Ainda que algumas evidências nos façam refletir e considerarmos mudanças nas regras estabelecidas entre pares historicamente assimétricos, ainda é cedo para podermos afirmar que estamos no limiar de um novo tipo de relacionamento norte e sul.

Entretanto, uma questão que permanece em aberto é se a cooperação internacional constrói capacidade científica e tecnológica nos países em desenvolvimento. Isto é, mesmo em face da emergência de novos padrões de comportamento entre as agências doadoras localizadas nos países do norte e os países receptores (sul), esta permanece ainda por ser respondida. Algumas afirmações entre cientistas de diferentes países apontam para a importância da cooperação como ferramenta para o desenvolvimento da capacidade científica, resultando

em benefícios para ambos os partícipes dos projetos. Assim, pesquisas sobre biodiversidade, descobertas de novos princípios ativos em plantas, por exemplo, só podem ser realizadas em países como o Brasil.

Entretanto, a partir das observações sobre as duas agências estudadas, pode-se inferir que a FR, por exemplo, mantém seu estilo de ação filantrópico, negociador junto às comunidades científicas locais, financiando projetos de seu interesse mais imediato. Embora a agência tenha perdido muito seu poder de financiamento nas últimas três décadas, especialmente após a saída de Nelson Rockefeller da política norte-americana²⁴ e devido a perdas de ativos da fundação – que diminuiu sua capacidade de ação –, ainda assim a fundação destaca-se como uma agência de peso no financiamento à pesquisa.

Por outro lado, para além dos fatos arrolados acima, a FR foi direcionando seus interesses para algumas áreas de concentração. No começo do século XX a FR tinha como área maior o sanitarismo, a medicina social e em certa medida a agricultura. Conforme as pesquisas na área sanitária foram se esgotando, e mais do que isso, doenças endêmicas foram erradicadas em vários países onde a fundação pôde interferir, começa um movimento de interesse pela área de agricultura. Não é sem razão, conforme apontado anteriormente, que esta é a pioneira em pesquisas sobre revolução verde. Além disso, a fusão entre as áreas de agricultura, biologia e genética passaram a ser o centro de interesse da fundação desde a década dos sessenta.

O IDRC foi criado na década de setenta, ou seja, num momento de intensificação e internacionalização das atividades de pesquisa. Seu interesse crescente nos países do sul está também diretamente relacionado com seus interesses em se alimentar dos resultados dessas pesquisas, muitas vezes realizadas em áreas de seu interesse, como equilíbrio ecológico, biotecnologia, entre outras (ver relação de projetos ano 2001). Entretanto, diferente de seu parceiro filantrópico, a FR, o IDRC se propõe a discutir os projetos em análise, deixa a critério dos países do sul a formação das equipes (diferente da FR, que sempre interferiu nas negociações e nas equipes) e até sua viabilidade. Em resumo, a sua maneira de trabalhar mostrou-se, desde as últimas duas décadas até recentemente, uma flexibilidade e a aceitação de novos atores e novos entrantes no processo decisório de elaboração de pesquisas.

Entretanto, mesmo com esta flexibilidade, novos estudos têm apontado os poucos resultados para uma agenda de desenvolvimento sustentável graças, em parte, às ligações frágeis entre setor produtivo e pesquisa (Velho, 2001). Mesmo considerando-se uma mudança das relações entre doadores (agências internacionais) e os países do sul, ainda assim permanece uma relação assimétrica

entre os dois blocos. Uma explicação possível seria na maneira de conceber o processo de inovação, ou seja, de uma maneira mais construtivista ou ainda pensando a ciência a partir do modelo linear de inovação. Sobre este ponto Velho (2001), aponta que:

the great majority of the existing North-South collaboration programmes still adopt a linear model of innovation framework.²⁵ [...] It is the adoption of such a linear model that explains, in part, the privileged support to research capacity building in those programmes. As this conception goes, the market will draw on the technological resources it needs as and when necessary, the same way as technology will draw on research results. The linear model suggests that the dynamics go from a source (new knowledge, new options) through its elaboration to eventual adoption, diffusion and effects. However, if as we argued above, innovation is not a product of a linear chain of events, it seems legitimate to expect that North-South cooperation which aims simply to develop research capacity in the Southern country will probably have a very limited impact on development. Not surprisingly, this is exactly what the studies on North-South collaboration have found.

Isto é, aponta-se a suplantação do estilo filantrópico *vis-à-vis* a emergência deste que tem estado mais voltado para a doação em pesquisa científica, mas que vê a ciência como uma construção social, isto é, realizada por diferentes atores – universidades, agências não-governamentais, grupos participativos locais – e voltada para o desenvolvimento local em detrimento do abandono de uma concepção estritamente linear da inovação, centrada apenas em universidades e institutos de pesquisa e portadora de um tipo de desenvolvimento mimético, centralizado e pouco voltado às realidades locais.

Entretanto, cooperação científica entre norte e sul e padrões de financiamento ainda são uma questão em aberto que demanda instituições fortes nos países do sul, capazes não só de formular as agendas e demandas, mas certamente de perceber os resultados das pesquisas como o produto da interação de distintos atores (governo, organizações não-governamentais, pesquisadores) para que o mesmo possa ser incorporado nesses países.

Notas

¹ A autora agradece a leitura atenta de Luiz Antônio de Castro Santos.

² Velho (2001), Oldman (2000), Novartis (2001).

³ Figueiroa (1999), Lopes (1999), Castro Santos (1997), Hochman (1998).

⁴ O Brasil, por exemplo, no começo do século XX, era um

Estado carente de políticas públicas eficazes, uma nação em construção, o que em parte foi o cenário ideal para colaborações e investimentos estrangeiros em áreas consideradas fundamentais para a estruturação do Estado, entre elas, a saúde (Castro Santos, 1987)

⁵ Com notáveis exceções, entre elas a pesquisa conduzida por Sérgio Miceli sobre a atuação da Fundação Ford no Brasil (Miceli, 1993).

⁶ Karl e Katz (1987) apontam as razões da assimetria entre as agências doadoras e os receptores, isto é, esta relação é uma questão de hegemonia cultural. Dado que as agências doadoras fazem suas escolhas em termos de sua cultura dominante, é possível pensar que essas escolhas se relacionem diretamente com o recrutamento de intelectuais e *scholars* conservadores (especialmente no caso da Fundação Ford).

⁷ Marinho (1999).

⁸ Sebastian, J. (1999) “Las redes de cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D”, *Redes*.

Uma excelente abordagem histórica sobre o Instituto de Higiene está em Faria, Lina (2003): *Ciência, Ensino & Administração em Saúde*: a Fundação Rockefeller e a Criação do Instituto de Higiene de São Paulo. Rio de Janeiro, IMS/UERJ.

⁹ “No caso particular dos países do Mercosul, esgotado o modelo de substituição de importação, um dos objetivos da organização em bloco comercial não era outro senão superar entraves postos particularmente pelo desenvolvimento de novas tecnologias nos países centrais, desenvolvimento esse que traz em seu bojo graus crescentes de dificuldades de acesso. Biotecnologia e microeletrônica são exemplos disso, onde não apenas as barreiras legais – das quais a propriedade intelectual é a mais notável – mas também as barreiras do conhecimento tácito acabam se tornando fortes inibidores do desenvolvimento tecnológico autóctone” (Velho, 1997).

¹⁰ Novartis (2001).

¹¹ Entre 1971 e 1975, os investimentos da Fundação Ford giraram em torno de dois terços de todo o montante de verbas estrangeiras investidas fora dos EUA, o que a levou a encabeçar uma lista da agência que mais investiu entre as 200 maiores agências dos Estados Unidos.

¹² De acordo com um documento da Novartis (2001), as razões apontadas para o crescimento das agências foram: compensação pelas injustiças cometidas durante o período colonial; motivos políticos; motivos econômicos, e imperativos éticos e motivos humanitários.

¹³ Sebastian, Jesus (1999).

¹⁴ No caso de uma pesquisa que coordenei sobre relações de gênero e inovação tecnológica, financiada pelo IDRC, podemos perceber a adequação dessa agência à incorporação de uma nova temática. Neste caso, a agência criou uma área de investigação – gênero – a partir de um interesse dos pesquisadores e também devido à pressão do governo canadense, que passou a priorizar esta área de pesquisa. Desta forma, para financiar um projeto qualquer era necessário incorporar esta questão, mesmo que muitas vezes ela não estivesse diretamente envolvida num objeto a ser investigado.

¹⁵ Mattos (1999) diria que todas as agências internacionais são organizações não-governamentais.

¹⁶ As ONGs internacionais também poderiam ser caracterizadas

enquanto agências de cooperação. Uma abordagem que privilegie a interação das mesmas com as agências maiores e institucionalizadas pode vir a ilustrar melhor este trabalho ou mesmo a inter-relação entre ambas, i.e., agências grandes e as ONGs. Este aspecto pode vir a fazer parte de meus objetivos caso se configurem enquanto novos atores relevantes.

¹⁷ Comunicação pessoal de Luiz Antonio de Castro Santos, abril de 2005.

¹⁸ A Fundação Rockefeller tem atuado no Brasil desde, aproximadamente, 1916 em diferentes áreas do conhecimento, especialmente em Medicina. Entretanto, foi responsável também por bolsas de estudo na área de Física, Ciências Agrárias, entre outras.

Resumidamente, a Fundação Rockefeller é “a philanthropic organization endowed by John D. Rockefeller and chartered in 1913 for the well-being of people throughout the world. It is one of America’s oldest private foundations and one of the few with strong international interests. From its beginning, the Foundation has sought to identify, and address at their source, the causes of human suffering and need”. Disponível em: <<http://www.rockfound.org>>.

¹⁹ Os objetivos do IDRC são:

1. missão: desenvolver recursos tanto em infra-estrutura quanto em formação administrativa de projetos.

2. valores: conduzir os países aos mais altos níveis de ética e integridade; liderar e operar com um forte senso de responsabilidade; foco nas expectativas do contratante; aumentar e socializar conhecimento e aprendizado. (Fonte: <http://www.idrc.org>.)

²⁰ Sobre o papel da FR a partir da década de 1950, ver observações na seção dedicada à Filantropia e Ciência. Além disso, o tema será objeto da continuação de minha pesquisa no *Rockefeller Archive Center*, em Nova York, no futuro próximo.

²¹ A Rockefeller e a Fundação Ford também entraram na área de “estudos populacionais” (“*population studies*”).

²² “Technology Transfer “refers to the sharing of these Canadian approaches with strong, capable partners in Brazil that can successfully adapt them to meet pressing development challenges, and thus have a direct impact on different segments of the Brazilian population, including the poor”. (www.idrc.org)

²³ Ver Arnove (1982) e Miceli (1993).

²⁴ Nelson Rockefeller foi assessor especial para a América Latina desde o final da década de 40 até a década de 70.

²⁵ The comparative study of donors-initiated north-south collaboration coordinated by Bautista, Velho and Kaplan (2001) shows that the majority of programmes in the seem countries analysed could be classified under Mode 1 of Gibbons et al. (2000), which assumes a linear model of innovation framework.

Referências

ARNOVE Robert F. *Philanthropy and cultural imperialism*. EUA: Indiana University Press, 1982.

- BARTZOKAS, A. Policy relevance and theory development in innovation studies. *Enterprise and Innovation Management Studies*, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2001.
- BEZANSON, K.; OLDHAM, G. *Issues and options concerning a European foundation for research for development*. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 2000. 51 p. Mimeografado.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. A Fundação Rockefeller e o estado nacional (história e política de uma missão sanitária no Brasil). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 1, p. 105-110, 1988.
- CUETO, Marcos. International health, the Rockefeller Foundation and the Latin America during the 1940s. *Research Reports*. EUA: The Rockefeller Archive Center, 2002. p. 17.
- DA COSTA, Maria C.; VELHO, Paulo. Cooperação científica no Mercosul: os condicionantes institucionais. In: VELHO, Léa (Org.). *Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul*. Brasília, DF: OEA/MCT, 1997.
- DA COSTA, Maria C.; LOPES, Margareth; FERREIRA, Elaine M. *Gênero e pequenas e médias empresas nos países do Mercosul*. Canadá (Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional): IG/DPCT e IDRC, 1999.
- EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and Organisations in systems of innovation. In: EDQUIST, C. (Ed.). *Systems of innovation: Technologies, institutions and organizations*. U.K.: Pinter Publishers; Cassell Academic, 1997.
- ERNST, D.; GANIATSOS T.; MYTELKA, L. (Ed.). *Technological capabilities and export success in Asia*. U.K.: Routledge, 1998.
- FARIA, Lina Rodrigues de. *Ciência, ensino & administração em saúde: a Fundação Rockefeller e a criação do Instituto de Higiene de São Paulo*. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2003.
- FISHER, Donald. The role of philanthropic foundations in the reproduction and production of hegemony. *Sociology*, v. 17, p. 206-233, 1983.
- FRAME, J. D.; CARPENTER, M. P. International Research Collaboration. *Social Studies of Science*, n. 9, p. 481-97, 1979.
- GAILLAIRD, Jacques. North-South research partnership: Is collaboration possible between unequal partners? *Knowledge & Policy*, v. 7, n. 3, p. 31-63, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.
- IDRC. *1970-1971 International Development Research Center annual report*. Ottawa: IDRC, 1971.
- KARL, Barry D.; KATZ, S. N. Foundations and ruling class elites. *Daedalus*, EUA, v. 116, n. 1, 1987.
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. 1993. Dissertação (Mestrado) – DPCT/IG, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- _____. *A filantropia científica e a implantação da ciência profissional em São Paulo*. 1999. Tese (Doutorado) – Departamento de História, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MATTOS, Ruben. *Desenvolvendo e ofertando idéias: um estudo sobre a elaboração de propostas de políticas de saúde no âmbito do Banco Mundial*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2000.
- MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- NOVARTIS. Corporate ethics and international business: Some basic issues, 2000a.
- NOVARTIS. Development assistance at the threshold of the 21st Century, 2000b.
- PRONK, J. Development research can never be neutral: a conference review. In: *Research and Development Cooperation: Royal Tropical Institute, the Role of the Netherlands*. Amsterdam: 1990. p. 168-173.
- RAND SCIENCE AND TECHNOLOGY. Science and technology collaboration building capacity in developing countries prepared for World Bank. 2001.
- ROCKEFELLER ARCHIVE CENTER. Material descritivo sobre acordos científicos com o Brasil. Período: 1950-1980. Nova York, EUA, 2002.
- SEBASTIAN, J. Las redes de cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D. *Redes*. 1999.
- STAPLETON, Darwin H. *The past and the future of research in the history of science, medicine and technology at the Rockefeller Archive Center*. Nova York, EUA: The Rockefeller Archive Center, 1998. Disponível em: <<http://www.rockefeller.edu/archive.ctr>>.
- TONI, F.; VELHO, Léa. *Análisis comparativo de las políticas de investigación en cooperación para el desarrollo de Nicaragua*. 2000. Mimeografado.
- TURNER, Stephen. Forms of patronage. In: COZZENS, Susan; GIERYN, Thomas (Ed.). *Theories of science in society*. Bloomington: Indiana University Press, 1990. p. 185-211.

TURNER, Stephen. Did funding matter to the development of research methods in sociology? (Review Article). *Minerva*, n. 36, p. 69-79, 1998.

VELHO, Léa. *Cooperação em ciência e tecnologia no Mercosul*. Brasília, DF: OEA; MCT, 1997.

VELHO, Léa. North-south collaboration and systems of innovation. UU/INTECH, Oct. 2001.

VESSURI, Hebe. Ciencia e tecnologia en los 80. *David y Goliath*: Boletín CLACSO, Año 13, n. 42, p. 6-8, 1982.

Sobre a autora:

Maria Conceição da Costa está vinculada ao Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.